



11776862

08006.000238/2020-49

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 3º Andar, Sala 308, - Bairro Zona Cívica Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-3816 / 2025-3807 - <https://www.justica.gov.br>

ANEXO III DO PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 08006.000238/2020-49

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviços continuados de computação em nuvem ORACLE Cloud, nas modalidades Oracle IaaS e PaaS, por meio de créditos universais de nuvem (Oracle Cloud Universal Credits), nos termos e condições constantes no presente Projeto Básico e seus anexos, para atender às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP.

2. ANEXO III - A - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

O <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas e de informações armazenadas na Cloud Oracle, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: é o conjunto de dados armazenados na Cloud Oracle, organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela INFORMAÇÃO submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, desde que identificada como sigilosa no momento de sua divulgação.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA CONFIDENCIALIDADE

Todas as informações da CONTRATANTE armazenadas e processadas na Oracle Cloud são consideradas confidenciais e não deverão ser divulgadas, sob pena das sanções pactuadas no presente termo. Será considerada como informação sigilosa toda e qualquer informação classificada como tal no momento da sua divulgação, considerando os graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE, exceto para o cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL ou se exigido por Lei.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como

evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes, exceto para o cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL ou se exigido por Lei.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até transcorrido o período de 5 (cinco) anos.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada EM PROCESSO ADMINISTRATIVO OU JUDICIAL, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todos os DANOS DIRETOS, sofridos pela CONTRATANTE, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial nos termos do artigo 70 da Lei 8.666/93 e sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I - A CONTRATANTE terá o direito de auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA vinculadas ao CONTRATO PRINCIPAL. Nesse contexto, as Partes estabelecem que o direito de auditar da CONTRATANTE (na figura do Gestor do Contrato, com auxílio dos fiscais de contrato formalmente designados, e não sendo permitida a utilização de terceiros estranhos ao contrato para este fim) será limitado exclusivamente ao sigilo das informações relacionadas diretamente com objeto do CONTRATO PRINCIPAL, respeitado o dever de sigilo que a CONTRATADA detém com seus demais clientes, bem como informações confidenciais próprias as quais a CONTRATANTE não pode ter acesso. Para exercer o direito de auditoria, a CONTRATANTE deverá assumir todos os custos materiais envolvidos (como por exemplo, mas não se limitando, viagens, refeições, impressões, etc.) e enviar, previamente, uma solicitação por escrito de plano detalhado de auditoria, com cronograma acordado entre as partes. A auditoria deverá ser realizada durante o horário comercial normal, sujeito a políticas e regulamentos do local, e não pode interferir de forma injustificada com as atividades comerciais do estabelecimento. Após a conclusão da auditoria, a CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA uma cópia do relatório de auditoria, que é classificada como informação confidencial nos termos deste Contrato. Se uma auditoria conduzida em conformidade com este Contrato revelar não conformidade substancial com os termos deste Contrato pela CONTRATADA, a CONTRATADA, após receber o relatório de tal auditoria, corrigirá a não conformidade em até 30 (trinta) dias após o recebimento do relatório ou fornecerá à CONTRATANTE um plano de ação corretiva descrevendo as etapas e os cronogramas esperados para remediar a não conformidade. Se a CONTRATADA não for capaz de corrigir a não conformidade dentro de um período de 30 dias ou tão logo quanto razoavelmente possível, a CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato sob o qual tal descumprimento ocorreu.

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações confidenciais disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido por um prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do Contrato, e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações identificadas como confidenciais no momento de sua divulgação, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito

DE ACORDO

CONTRATANTE	CONTRATADA

27/05/2020SEI/MJ - 11776862 - Anexo

<div><Nome> Matrícula: <Matr.></div>	<div><Nome> Matrícula: <Matr.></div>
TESTEMUNHAS	
<div>Testemunha 1</div> <div><Nome> <Qualificação.></div>	<div>Testemunha 2</div> <div><Nome> <Qualificação.></div>

_____, _____ de _____ de 20__

3. ANEXO III - B - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

INTRODUÇÃO			
O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente a Contratada que os serviços foram prestados ou os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades de qualidade, baseadas nos critérios de aceitação definidos em contrato.			
IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº			
CONTRATADA			
CONTRATANTE			
PERÍODO			
DATA DA EMISSÃO			
SOLUÇÃO DE TI			
SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
Item	Descrição do Serviço	Valor Unitário (R\$)	Total (R\$)
DE ACORDO			
CONTRATANTE - Fiscal Técnico do Contrato			
CONTRATADA - Preposto			

ANEXO III - C - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO


TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO	
CONTRATO Nº	
CONTRATADA	
CONTRATANTE	
PERÍODO	


27/05/2020SEI/MJ - 11776862 - Anexo

DATA DA EMISSÃO			
SOLUÇÃO DE TI			
ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
Item	Descrição do Serviço	Valor Unitário (R\$)	Total (R\$)

DE ACORDO	
Gestor do Contrato (Nome Completo e Matrícula):	
Fiscal Requisitante do Contrato (Nome Completo e Matrícula):	



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Garcia Greco, Integrante Técnico(a)**, em 26/05/2020, às 17:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11776862** e o código CRC **299F9521**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08006.000238/2020-49

SEI nº 11776862